



**“REBOBINAR” A HISTÓRIA IMPERIAL: o acervo do SEDUP  
como inspiração para uma história potencial**

**“REWINDING” IMPERIAL HISTORY: the SEDUP archives as  
inspiration for a potential history**

Susel Oliveira da Rosa<sup>1</sup>

Priscilla Gomes de Araújo<sup>2</sup>

Olaisylenne dos Santos Gonçalo<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo reflete sobre o convite de Ariella Aïsha Azoulay (2024) para desaprender o imperialismo e "rebobinar" a história. A história potencial rejeita o aparato conceitual imperial, como o mito do progresso e a fixação pelo novo, e se inicia no momento anterior à ocorrência da violência. O texto apresenta o arquivo do Serviço de Educação Popular (SEDUP), em Guarabira, Paraíba, como um contra-arquivo de resistência e cuidado com o mundo compartilhado. O acervo do SEDUP configura-se como um arquivo comunitário que, ao ser guiado pela noção de comunidade, se afasta da lógica hegemônica e imperial dos arquivos tradicionais. Ele preserva histórias de organização e lutas de pessoas trabalhadoras rurais, “domésticas” e sindicalistas, constituindo um território de resistências contra o apagamento. A ideia de rebobinar a história é conectada à temporalidade curva/espiral, combatendo a linearidade do tempo. Isso é concretamente exemplificado pela retomada ancestral dos Assojaba Tupinambá (mantos sagrados), que mostra o potencial de reavivar arranjos pré-coloniais e reverter a história imperial através dos “contra-arquivos” (Tupinambá, 2022). Essa perspectiva é reforçada ao se usar a expressão "Mãe Terra" (em vez de "planeta"), ligando-se ao "tekoá-porã" (bem-viver) guarani e ao cuidado coletivo com o mundo. Ao potencializar a história através de seu acervo e ações, o SEDUP proporciona um exercício de des(aprender) coletivo, recusando o obturador imperial e promovendo um modo diferente de estar com o outro e em um mundo partilhado.

**Palavras-chave:** Arquivos comunitário; História potencial; Resistência; SEDUP.

**Abstrac:** The article reflects on Ariella Aïsha Azoulay’s (2024) invitation to unlearn imperialism and to "rewind" history. Potential history rejects the imperial conceptual apparatus—such as the myth of progress and the fixation on the new—and begins at the moment prior to the occurrence of violence. The text presents the archive of the *Serviço de Educação Popular* (SEDUP), in Guarabira, Paraíba, as a counter-archive of resistance and care for the shared world. The SEDUP collection is configured as a community archive that, by being guided by the notion of community, moves away from the hegemonic and imperial logic of traditional archives. It preserves histories of organization and the struggles of rural workers, "domestic workers," and

<sup>1</sup> Pós-doutorado (2011) e Doutorado em História (2007) pela UNICAMP. Mestrado em História (2002) pela PUC/RS e Graduação em História (1998) pela UFSM. Interessada, atualmente, nas epistemologias originárias e nos arquivos de mulheres e contracoloniais. Filiação institucional na Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: susel.oliveira@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda e mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, onde foi bolsista da CAPES durante o mestrado. Bacharel em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba. Filiação institucional na Universidade Federal da Paraíba e na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: priscillagaraujo@outlook.com.

<sup>3</sup> Possui graduação em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2022), mestrado em História pela Universidade Federal da Paraíba (2025), membra do grupo de pesquisa ProjetAH - História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e do Grupo de pesquisa Cultura e Relações Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Filiação institucional na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: olaisylenne1@gmail.com.

trade unionists, constituting a territory of resistance against erasure. The idea of rewinding history is connected to curved/spiral temporality, challenging the linearity of time. This is concretely exemplified by the ancestral reclamation of the *Assojaba Tupinambá* (sacred mantles), which demonstrates the potential to revive pre-colonial arrangements and reverse imperial history through "counter-archives" (Tupinambá, 2022). This perspective is reinforced by the use of the expression "Mother Earth" (instead of "planet"), linking it to the Guarani *tekoá porã* (well-living) and collective care for the world. By empowering history through its collection and actions, SEDUP provides an exercise in collective (un)learning, refusing the imperial shutter and promoting a different way of being with others and within a shared world.

**Keywords:** Community archives; Potential history; Resistance; SEDUP.

### Das falácias conceituais-imperiais

A história potencial não é o relato do pensamento radical, das lutas ideológicas explícitas contra o imperialismo, mas uma rejeição do aparato conceitual do imperialismo como um todo (Azoulay, 2024, p. 72).

Ariella Aïsha Azoulay (2024) convida-nos a desaprender o imperialismo, a rejeitar seus aparatos conceituais: o mito do progresso, a fixação pelo novo, a fabricação/fixação do sentido de “emancipação”, a noção de cidadania (sempre seletiva, com seus “cidadãos-agressores”). Convida-nos a “desaprender os documentos”, desativar as ferramentas do senhor, questionar os “procedimentos arquivísticos herdados” e olhar para o arquivo como uma instituição imperial. Convida-nos a “rebobinar” a história: “a história potencial não restaura os mundos depois da violência, mas rebobina-se ao momento anterior à violência ocorrida e tem início nesse ponto” (Azoulay, 2024, p. 29). Convite que reverbera de nossas ancestrais (Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Eliane Potiguara, entre muitas outras) e encontra lugar na contemporaneidade, apesar de todo investimento imperial-colonialista-racista que segue sendo atualizado. Interessa-nos, neste artigo, refletir sobre a potencialidade do convite de Azoulay e apresentar, brevemente, um contra-arquivo de resistência e cuidado com o mundo localizado na cidade de Guarabira, interior do estado da Paraíba. Perguntamo-nos então, como o acervo do SEDUP (Serviço de Educação Popular) pode, na prática, contribuir com uma “história potencial”?

Assim, convidamos as pessoas leitoras a ficarem um pouco mais com Ariella Azoulay, chamando também, Hannah Arendt para a conversa. Duas pensadoras que – em diferentes épocas – comungam de posições de identidade semelhantes... Ambas “judias”, a primeira israelense, a segunda alemã... Ambas conectadas e insatisfeitas com a época em que vivem/viveram e empenhadas em refletir e “cuidar do mundo” como propôs Hannah Arendt (2004). Ambas tecem um diagnóstico minucioso e perspicaz do presente. Uma, Hannah Arendt – após publicar o texto *Sobre a banalidade do mal* (1963) -, foi execrada pela comunidade que

apoiou a formação do estado de Israel, a outra, Ariella Azoulay, nega essa posição de identidade (e violência).

Azoulay (2024, p. 40) enfatiza que a cidadania imperial precisa de um passado, um certo passado, uma seleção de “passado”. Eis que entram em cena os arquivos e museus para “preservar” esse passado. Mas qual passado, já que esses espaços, tradicionalmente, se mantêm à custa de “mundos destruídos, e vem para substituí-los”:

Num processo impulsionado e justificado pela busca do novo, o que é destruído é produzido como passado. **Elaborados procedimentos de resgate e preservação são dedicados à extração e ao estudo de amostras preciosas, que servem de prova da existência de tempos passados e quanto se progrediu desde então.** O “passado” consiste em objetos, documentos e relíquias isolados, desvinculados do que foram ou podiam ter sido os mundos sustentáveis de quem eram parte (Azoulay, 2024, p. 40 - 41, grifo nosso).

Mundos sustentáveis do planeta-casa que, há algumas décadas, a governamentalidade neoliberal (branca-cis-hetero-patriarcal) deixou para trás, como demonstrava Hannah Arendt no prólogo do livro traduzido para o português como *A condição humana* - obra que a autora referenciava como “por amor ao mundo”. Vamos reproduzir aqui parte desse prefácio, escrito originalmente nos anos 1950, pois é rico em ironia (e poesia):

Em 1957 um objeto terrestre, feito pela mão do homem, foi lançado ao universo, onde durante algumas semanas girou em torno da Terra segundo as mesmas leis de gravitação que governam o movimento dos corpos celestes – o Sol, a Lua e as estrelas. É verdade que o satélite oficial não era lua nem estrela; não era um corpo celeste que pudesse prosseguir em sua órbita circular por um período de tempo que para nós, mortais limitados ao Tempo da terra, durasse uma eternidade. Ainda assim, pode permanecer nos céus durante algum tempo; e lá ficou, movendo-se no convívio de astros como se estes o houvessem provisoriamente admitido em sua sublime companhia.

Este evento, que em importância ultrapassa todos os outros, até mesmo a desintegração do átomo, teria sido saudado com a mais pura alegria não fossem as suas incômodas circunstâncias militares e políticas. O curioso, porém, é que essa alegria não foi triunfal; o que encheu o coração dos homens que, agora, ao erguer os olhos para os céus, podiam contemplar uma de suas obras, não foi orgulho nem assombro ante a enormidade da força e proficiência humanas. A reação imediata, expressa espontaneamente, foi alívio ante o primeiro ‘passo para libertar o homem de sua prisão na terra’. E essa estranha declaração, longe de ter sido o lapso acidental de algum repórter norte-americano, refletia, sem o saber, as extraordinárias palavras gravadas há mais de vinte anos no obelisco fúnebre de um dos grandes cientistas da Rússia: ‘A humanidade não permanecerá para sempre presa à Terra’.

Há já algum tempo este tipo de sentimento vem se tornando comum; e mostra que, em toda parte, os homens não tardam a adaptar-se às descobertas da ciência e aos feitos da técnica, mas, ao contrário, estão décadas à sua frente. Neste caso, como em outros, a ciência apenas realizou e afirmou aquilo que os homens haviam antecipado em sonhos - sonhos que não eram loucos nem ociosos. A novidade foi apenas que um dos jornais mais respeitáveis dos Estados Unidos

levou finalmente à primeira página aquilo que, até então, estivera relegado ao reino da literatura de ficção científica, tão destituída de respeitabilidade (e à qual, infelizmente, ninguém deu até agora a atenção que merece como veículo dos sentimentos e das massas). A banalidade da declaração não deve obscurecer o fato de quão extraordinária ela é, pois embora, os cristãos tenham chamado esta terra de ‘vale de lágrimas’ e os filósofos tenham visto o próprio corpo do homem como a prisão da mente e da alma, ninguém, na história da humanidade jamais havia concedido a terra como prisão para o corpo dos homens nem demonstrado tanto desejo de ir, literalmente, daqui à Lua. Devem a **emancipação** e a secularização da era moderna, que tiveram início com um afastamento, não necessariamente de Deus, mas de um Deus que era pai dos homens no céu, **terminar com um repúdio ainda mais funesto de uma Terra que era a mãe de todos os seres** sob o firmamento? (Arendt, 2004, p. 9 - 10, grifos nossos).

Hannah Arendt propunha refletir sobre “o que estamos fazendo?” – com o planeta, com nossas vidas – demonstrando a falácia e a ausência de um mundo, um mundo partilhado, de um espaço comum. Tal cenário foi propiciado pela modernidade com o investimento no “progresso”, na “emancipação” e na fabricação da categoria de “humanidade” (fazendo subsumir as diferenças e as particularidades), valorizando sempre o “novo”. O “progresso” seria um movimento de “terror”, devastação e falência de um mundo partilhado, cujos vestígios seriam desconectados de sua história e contexto, sendo alocados em museus e arquivos.

Para Azoulay esse movimento “irrefreável do progresso” remonta a era pré-tecnológica e “foi alcançado mediante a transformação involuntária das pessoas em ‘corpos capazes’ a serem usados para fins definidos ou para atingir ‘novos patamares’” (Azoulay, 2024, p. 44). A autora argumenta que a escravização foi essencial ao movimento do progresso. Logo, para que a “abolição” seja efetivada plenamente, precisamos reverter-rebobinar a lógica devastadora do progresso que nos conduz a abandonar nosso planeta-casa. Isso significa, também, abandonar Chronos e a perspectiva linear de tempo instaurada pelo progresso. Significa experimentar, como convida Leda Martins, uma “temporalidade curva”, para perceber o tempo em seus “movimentos de reversibilidade, dilatação e contenção, não linearidade, descontinuidade, contração e descontração, simultaneidade das instâncias presente, passado, futuro” (Martins, 2023, p. 23) – temporalidade curva acionada pelos Tupimanbás de Olivença na atualidade.

### **Temporalidade espiralar no “rebobinar” da história...**

Na lógica de “extração” de um recorte do “passado”, exemplo paradigmático de nossa época é o que foi feito dos mantos sagrados dos Tupinambás – ou *Assojaba* Tupinambá, na língua originária –, roubados e expostos nos museus dos colonizadores. De acordo com Glicéria Tupinambá, temos notícia de 11 mantos roubados. Ela conta que alguns foram congelados “com

uma espécie de gás e ninguém vai poder ver, mas existe lá, congelado. [...] Eles foram roubados, retirados, mas que segundo os europeus foram presenteados. Esses mantos vestiram os pajés, as majés, o povo da cura” (Tupinambá, 2022, p. 143).

Ao vestir os pajés e as majés, o *Assojaba* materializa uma conexão com os ancestrais, a espiritualidade e a própria Mãe Terra. Recentemente o *Assojaba* foi alvo de uma retomada ancestral por parte dos Tupinambás de Olivença, através da escuta dos encantados e das anciãs, promovida por Glicéria Tupinambá. “O manto Tupinambá falou comigo, disse que precisava estar em movimento” (Tupinambá, 2022, p. 131). Glicéria Tupinambá conta como, nos anos 2000, uma exposição da Dinamarca passa pelo Brasil expondo o Manto roubado das terras pindorâmicas. Foi o momento em que uma anciã dos Tupinambás de Olivença, Dona Erivalda, guiada até a exposição em São Paulo, asseverou: “‘Esse manto é Tupinambá e nós queremos ele de volta. O lugar dele é aqui’. Então nós movemos uma carta pedindo o repatriamento do manto de volta ao Brasil” (Tupinambá, 2022, p. 137).

A devolução, contudo, não aconteceu de imediato, e Glicéria passou a se conectar com as ancestrais e com o manto, refazendo um *Assojaba*. Concomitantemente à busca pelos *Assojabas*, os Tupinambás de Olivença realizaram movimentos que culminaram na retomada de parte de seu território ancestral. No ano de 2006, Glicéria confeccionou o primeiro manto a partir da escuta dos encantados. Passada mais de uma década, ao ir à França, ela se encontrou com um dos mantos roubados (em um museu, como de costume...):

O que é mágico, quando entro na sala para ver o manto, é que ele estava me esperando e fala comigo. Eu acessei algumas memórias e ele me levou para um tempo e espaço que era do passado, mesmo eu estando no presente. O manto falou comigo e disse que precisava estar em movimento e que ele era feito por mãos de mulheres e vestido por mulheres e que as mulheres são as majés (Tupinambá, 2022, p. 139).

No trecho acima, Glicéria Tupinambá exemplifica o que seria essa temporalidade curva: tempo não linear, simultâneo e espiralar como colocado por Leda Martins. Esse tempo espiralar propicia a Glicéria a escuta do manto - ele próprio percebido como um contra-arquivo, conforme sugere o título do artigo da autora - e de suas ancestrais, movendo-a em direção a uma retomada. Ela rebobina a história imperial, como propõe Ariella Azoulay (2024), num investimento de cuidado com a Mãe Terra, um “cuidado com o mundo”, como diria Hannah Arendt (2004). Aqui, usamos a expressão “Mãe Terra”, forma como as pessoas originárias se referem ao que denominamos de “planeta”, marcando uma diferença significativa de sentido entre ambos, como ensina Kaká-Werá (2024):



Meu povo chama de Mãe Terra. ‘Planeta’ é uma palavra alienígena para o coração, ele não entende, parece algo muito distante de nós mesmos. Preste atenção, pronuncie a palavra ‘planeta’ para si mesmo e escute. O que sentiu? Agora tente Mãe Terra. O que sente? Quando constatamos que toda uma civilização humana, com alto grau de inteligência e desenvolvimento tecnológico, faz de seu lugar – o único que tem para viver – um palco de destruição, exploração doentia, superprodução de lixo e de veneno em suas águas, seu solo e seu ar, no mínimo poderíamos ficar surpresos e nos perguntar: ‘Como chegamos até aqui?’ Parece que é como se tudo que nós, como humanidade, fizemos na Terra não nos afetasse direta e profundamente (Werá, 2024, p. 22).

Como chegamos até aqui? Como repudiamos o único espaço conhecido que acolhe a vida de múltiplas espécies, incluindo a humana? Como passamos a desejar ir daqui para a lua, como diria Arendt (2004)? Certamente que as repostas não são novidade para ninguém, talvez precisemos rever as perguntas: como podemos rebobinar os efeitos nefastos da colonização? No trecho citado acima, Kaká Werá propõe uma outra retomada: rebobinarmos nossas práticas em direção ao *tekoá-porã* – a arte do bem-viver para os Guarani. Bem-viver significa “um conjunto de princípios, práticas sagradas e éticas comunitárias”, reconhecendo a necessidade de cuidar de “três aspectos indissociáveis”: o lugar interior, o lugar que cada pessoa ocupa na Mãe Terra e o lugar como uma entidade coletiva, uma comunidade. Todos refletindo o bem-pensar, o bem-sentir e o bem-fazer, como Tijary Warejú, a anciã guarani, ensinou a Kaká Werá (2024, p. 19 - 20).

Nesse rebobinar de nosso fazer acadêmico, a título de exemplo prático, propomos olhar para os territórios do estado da Paraíba e da cidade de Guarabira com um olhar descolonizador, em uma experimentação de como poderia ser a produção de uma história potencial. Começamos lembrando que a região atual da Paraíba, entre os anos de 1574 e 1585, sofreu diversas tentativas de ocupação por invasores europeus, os quais enfrentaram a resistência das populações originárias, especialmente dos povos potiguaras. A resistência e luta contra invasores não partiram apenas dos originários; os colonizadores enfrentaram também as águas “doces” do rio Paraíba. Na língua tupi, “paraíba” significa: *pa'ra* (rio) e *a'iba* (ruim, difícil de navegar). Ele, o rio, foi o cenário das tentativas frustradas de invasão e resistiu em conjunto com as populações originárias.

Já a cidade de Guarabira-PB, onde está localizado o Serviço de Educação Popular (SEDUP)<sup>4</sup>, também tem seu nome inspirado nos povos originários que habitavam a região. Além

---

<sup>4</sup> O Serviço de Educação Popular (SEDUP) foi fundado em 1981 pela Igreja Católica do Brejo Paraibano como uma entidade de ação social. Sua atuação principal é a educação popular, usada para alfabetizar e conscientizar jovens e adultos, e como oposição ao regime militar. O SEDUP denuncia injustiças e trabalha para garantir direitos à terra, moradia e trabalho digno para as populações. Em 1991, desvinculou-se da Igreja e continua ativo na região de Guarabira como uma associação sem fins lucrativos.

dos povos potiguaras, habitavam a área os *Guiraobira*. De acordo com Emmanoelen Alves (2024), dentre os significados de *Guiraobira*, temos a referência aos primeiros habitantes, ao líder e à pessoa mais velha. Na língua tupi, *Guira* significa “pássaro”, *O* significa “elevado, grande, monte” e *Bira*, “árvore, madeira”. Outra referência, a mais conhecida para o nome “Guarabira”, é a morada das guarás – das garças ou das garças azuis, comuns na região à época da colonização. É interessante a conexão com o *Assojaba* dos Tupinambás de Olivença, feito originalmente com penas do guará-vermelho. Teriam os *Guiraobira* utilizado as penas do guará-azul para produção de algum manto ou vestimenta?

As narrativas históricas, orais e documentais do cenário anterior à colonização parecem cada vez mais distantes quando percebemos o tempo espiralar se dissipar em meio ao tempo cronológico da “emancipação” e do “progresso”. As resistências parecem não existir... A memória, a oralidade e os registros físicos e/ou digitais buscam captar e rememorar nossos antepassados, a nossa ancestralidade. “A história potencial é uma forma de estar com outros, vivos e mortos, através do tempo; contra a separação entre passado e presente, entre pessoas colonizadas e seus mundos e posses, entre história e política” Azoulay (2024, p. 48). Assim, temos/fazemos com o arquivo do SEDUP.

### **A potência da comunidade nos acervos do SEDUP**

O acervo caracteriza-se como um espaço decolonial, pois, além de refletir as atividades administrativas, também possui registros de sua atuação a partir dos processos de alfabetização de pessoas da periferia e das pessoas trabalhadoras assalariadas do corte da cana-de-açúcar de Guarabira e cidades circunvizinhas, bem como de “domésticas”, lavadeiras, sindicalistas e pessoas sindicalizadas.

Seu acervo conta histórias de resistência, de organização social e política para organização e tomada de sindicatos, para formulação de associações de pessoas trabalhadoras do campo, domésticas, lavadeiras, docentes e pessoas do funcionalismo público. Encontramos documentos datados a partir de 1980, em diversos suportes – como papéis, fitas VHS, fotografias, microfilmes, filmes super 8mm – e em formatos variados, como jornais, revistas, cartilhas, cartazes, folhetos e informativos, entre outros, totalizando cerca de 575 metros lineares de documentos.

Assim, seus documentos também marcam a história das lutas pela terra, pela demarcação e reforma agrária, atrelando-se às lutas da sindicalista Margarida Maria Alves e da líder das lutas

camponesas, Elizabeth Texeira, por exemplo. As configurações que o acervo toma, a partir da acumulação dos seus documentos, perpassa para um novo olhar da constituição dos arquivos: os chamados arquivos comunitários, que são definidos por Flinn *et al.* (2009, p. 72, tradução nossa) como:

Coleções de materiais reunidos principalmente por membros de uma determinada comunidade e sobre cujo uso os membros da comunidade exercem algum nível de controle. Isso permite que as coleções sejam mantidas totalmente independente das instituições tradicionais de herança cultural [...] de fato, argumentamos que a característica definidora dos arquivos comunitários é a participação ativa de uma comunidade em documentar e tornar acessível a história de seu grupo particular e/ou localidade em seus próprios termos.

Esta definição pode confrontar-se com alguns princípios arquivísticos, como o princípio da proveniência, em que “o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturados aos de outras entidades produtoras” (Brasil, 2005, p. 136); o princípio da ordem original, que preconiza que “o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu” (Brasil, 2005, p. 137); e o princípio da organicidade, que afirma que “[...] os arquivos espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas funções internas e externas” (Bellotto, 2006, p. 88), entre outros.

Porém, ao vincular os arquivos comunitários ao princípio da organicidade, percebemos preservado o espelhamento da estrutura de atividade e atuação do SEDUP, uma vez que ele colaborou para a formação, organização e surgimento de outras instituições, e por isso, mantém em seu acervo documentos dessas outras organizações. Este entendimento reforça a compreensão da proveniência social (Nesmith, 2006), uma vez que a ação da comunidade é uma forma de ordem original. A este pensamento, também se somam as ideias de cocriação e múltipla proveniência (Tognoli; Rocha, 2021) como possíveis caminhos de reconfiguração da teoria e da prática arquivística baseada nas práticas sociais, direcionando seu fazer para o “ativismo arquivístico” (Evans *et al.*, 2015, p. 339), ao evocarem a participação das comunidades nas tomadas de decisão a partir de algumas funções arquivísticas.

Ao pensar e fortalecer a lógica do arquivo comunitário do SEDUP, temos a percepção do rebobinar de uma história potencial, em que a comunidade assume o controle da narrativa, da produção, da organização, da descrição e da disseminação da informação, uma vez que são feitas por múltiplas pessoas. Nessa direção, para Alencar, Cervantes e Barité (2023, p. 63):

são expressões da dimensão pluralista e inclusiva focada em uma práxis arquivística crítica e decolonial, que denuncia opressões por meio de propostas e projetos visando pautar a temática da libertação/emancipação em âmbito dos registros e da memória, para grupos socialmente marginalizados.

A concepção de arquivos comunitários é guiada pela noção de comunidade. Independentemente de sua definição, a perspectiva de comunidade é fundamental e inseparável desta:

Qualquer que seja a definição de arquivos comunitários, a noção de comunidade não pode ser separada dela, enquanto a noção de arquivos pode ser mais ampla, mais transformadora, mais poderosa, mais política, mais inclusiva e muito mais flexível do que sugere o paradigma arquivístico tradicional. A incorporação de arquivos comunitários ao paradigma arquivístico beneficiará ambos (Welland; Cossham, 2019 *apud* Alencar, 2022, p. 108).

Dessa forma, os arquivos comunitários se distanciam da lógica hegemônica e imperial, uma vez que as comunidades buscam preservar a essência daquilo que a violência do obturador imperial não consegue – e não pretende – capturar, baseando-se em seus próprios critérios. Nessa perspectiva, os próprios arquivos comunitários ganham fortalecimento a partir do crescimento das lutas identitárias e dos movimentos sociais entre a virada das décadas de 1970 e 1980 (Silva, 2025).

As comunidades notaram que os arquivos “formais” e imperiais – quando não transformavam seus mundos em canteiros de obras em que tudo virava uma matéria-prima – silenciavam e excluía-mo. Começam, então, a praticar aquilo a que Aïsha Azoulay nos convida: ao questionar o imperialismo, deixamos de enxergar pela óptica do seu obturador. Ao questionarem, as comunidades notam não somente a importância de preservarem as suas histórias, mas também a urgência de fazê-lo dentro de um mundo capitalista e eurocentrado, que busca constantemente descentralizá-las, marginalizá-las e, por fim, apagá-las.

Essas práticas não são somente formas de registrar ou processos de organização da história dessas comunidades, mas um ato de preservação que constitui um território de resistências, pois “a história é potencializada com a persistência, proteção, transmissão e renovação de diferentes formas de estar no tempo e no mundo que ainda estão vivas” (Azoulay, 2024, p. 71). Aqui se localiza a importância de evidenciar que essas histórias existem e são possíveis; e que, a sua ausência nos arquivos formais resulta de um projeto político de apagamento; e que, ainda assim, elas persistem, tecendo práticas, identidades e modos de existir plurais.

Ao potencializar a história, essas práticas se tornam possíveis, acessíveis e conhecíveis: “para todos os efeitos, as ações, memórias e potencialidades não imperiais que essas configurações normalizadas ameaçam desativar tornam-se – na prática da história potencial – legíveis, perceptíveis e redistribuídas” (Azoulay, 2024, p. 12). Esses exercícios no pensamento político não imperial e nas práticas arquivísticas, nos levará a rebobinar a história.

Rebobinar a um momento anterior à violência imperial, antes de o obturador se fechar, recusando-o. Utilizar esses exercícios como um mecanismo ativo, um modo de manter a possibilidade de reversão. Sobretudo, esses exercícios conduzem-nos a uma forma diferente de estar com o outro. Por isso, ao convidar-nos a questionar o imperialismo, Azoulay também nos convida a fazer esse exercício de (des)aprendizagem de forma coletiva. A história potencial, assim como a decolonialidade, torna-se um exercício constante de desaprender, ao qual somos chamadas a praticar diariamente em todos os nossos costumes e hábitos, para, então, sulearmos as nossas trajetórias.

A história potencial não restaura os mundos depois da violência, mas rebobina-se ao momento anterior à violência ocorrida e tem início nesse ponto. Isso é difícil de ser imaginado sem exercícios, pois nossos hábitos cotidianos estão bastante enredados na operação das tecnologias imperiais. Esses exercícios no pensamento político não imperial e na prática arquivística não são empreendidos em preparação para um dia iminente de avaliação, mas como um modo diferente de estar com o outro (Azoulay, 2024, p. 12 - 13).

Partilhando a noção de comunidade, tal como ocorre nos arquivos comunitários, e gerando uma Mãe Terra compartilhada, estaríamos desaprendendo com os companheiros e companheiras:

Desaprender com companheiros envolve questionar nossos hábitos de estudar o mundo compartilhado por meio de conceitos e categorias políticas, consultando prateleiras das bibliotecas dedicadas a certos filósofos preferidos ou indo atrás de documentos redigidos por políticos entre quatro paredes e mais tarde armazenados em arquivos imperiais.

Desaprender com companheiros significa não mais privilegiar os relatos dos agentes imperiais, inclusive dos estudiosos, e em vez disso recuperar outras modalidades de compartilhar o mundo e as muitas recusas latentes em pronunciamentos públicos, reivindicações diversas e aspirações reprimidas.

Desaprender com companheiros implica abandonar a busca pelo novo que move as disciplinas acadêmicas e tentar se envolver com modalidades, formações, ações e vozes que foram brutalmente relegadas ao “passado” e descritas como superadas, obsoletas ou dignas de preservação, mas não de interação e ressuscitação. Desaprender significa não se envolver com aqueles que foram relegados ao “passado” como “fontes primárias”, e sim como companheiros potenciais. Procurei companheiros que me dessem a chance de imaginar e experimentar entrar (ou não entrar) no arquivo ou no museu como uma forma de concidadania, uma parceria contra a cidadania imperial que condena os diferentes participantes de um mesmo mundo a não coincidirem nele de maneira ontológica ou política (Azoulay, 2024, p. 18 - 19).

O SEDUP e seu arquivo comunitário mantêm vivo o des(aprender) coletivo e o potencial que pode reverter a história. Apesar de não duvidarmos da nossa capacidade de destruir toda a vida orgânica da nossa Mãe Terra – como Hannah Arendt (2004) nos atentou –, é preciso recusar o uso das ferramentas imperiais, tornamo-nos concidadãos para além da divisão imperial e

acreditar que sempre há algo para ser feito, pois nada está consumado: “não precisamos dar passos grandiosos para a frente; precisamos, sim, de espaços mais lentos para reparar, fazer reparações e reavivar os padrões e arranjos pré-coloniais não governados pelo Homem” (Azoulay, 2024, p. 35).

### **Entre a comunidade, a história potencial**

Ao final deste percurso-artigo, refletimos sobre a potencialidade do convite feito por Ariella Aïsha Azoulay e apresentamos o Serviço de Educação Popular (SEDUP) como um contra-arquivo de resistência e cuidado com o mundo compartilhado. Buscamos, assim, responder à pergunta: como o acervo do SEDUP pode, na prática, contribuir para uma “história potencial”?

Nesse sentido, a cidadania imperial opera por meio da seleção de um “passado”, os museus e arquivos adentram nesse cenário para, então, “preservar” esse passado escolhido, mantendo-se à custa de mundos destruídos e “cidadanias” negadas. O “progresso” e o “novo” atuam como criações da modernidade para justificar a demolição de um mundo partilhado, distanciando-nos cada vez mais do próprio cuidado coletivo com o único espelho que acolhe não somente a nossa vida, mas também todas as vidas orgânicas, na Mãe Terra.

É preciso reverter a ideia de progresso, pois a noção de que o tempo “anda para frente” e “substitui o passado” é um dos pilares da modernidade colonial. É necessário negarmos a linearidade do tempo, como se fôssemos chegar a um suposto progresso total, não é preciso caminharmos em passos largos para esse progresso que busca justificar a destruição, mas passos mais lentos de reversão, nas temporalidades curvas e espiralares, como nos ensina Glicéria Tupinambá em seu percurso em direção ao *Assojaba*. O título do texto de Glicéria utilizado aqui, “Contra-arquivos”, inspirou-nos a pensar no acervo do SEDUP como um contra-arquivo de resistência comunitária.

Dentro dessa perspectiva, a história é potencializada na persistência, preservação e transmissão de formas distintas de estar no tempo e no mundo partilhado. É o rebobinar coletivo que encontramos na memória, oralidade e nos registros físicos e digitais presentes no acervo do SEDUP. Trata-se de um território decolonial, que nos mostra histórias de resistência constituída no cotidiano e nas lutas de pessoas trabalhadoras rurais, jovens e mulheres.

Caminhamos para compreender seu acervo por um novo olhar: os chamados arquivos comunitários. Neles, a comunidade adquire centralidade e assume o controle da narrativa, da produção, da organização, da descrição e da disseminação da informação. Essas práticas não se tornam somente maneiras de registrar ou organizar documentos pertencentes à história das

comunidades, mas uma forma de resistência, tecendo outras formas de mundos possíveis.

Esses exercícios no pensamento político não imperial e nas práticas arquivísticas, nos levará a rebobinar a história, recusando o obturador imperial. Sobretudo, irá nos guiar a uma forma diferente de estar com o outro, em um mundo partilhado. Por isso, o convite para desaprender é coletivo: ao compartilhar a noção de comunidade nos arquivos comunitários e na história potencial, estamos desaprendendo com os companheiros, e companheiras, como Azoulay nos instiga.

Nesse horizonte, o SEDUP fornece-nos a possibilidade do desaprender coletivo e de potencializar a história por meio de suas ações e de seu acervo, preservando o potencial de reverter a história, através dos arquivos comunitários. Não nos são necessários novos começos – pois o “novo” pode ser uma força destrutiva –, somos, em vez disso, convidados a desacelerar e a rebobinar em nosso mundo comum.

## Referências

- ALENCAR, Maíra Fernandes. **Os arquivos comunitários na pesquisa e educação arquivística: uma análise a partir da *Archival Education Research Initiative***. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.
- ALENCAR, Maíra Fernandes; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira; BARITÉ, Mário. O contexto do uso do termo arquivos comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais: uma análise terminológica pontual. **Páginas a&b**. S.3, nº 19 (2023) 55-77. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/21836671/pag19a4>.
- ALVES, Emmanoelen de Oliveira Gomes. **A história como silêncio: populações originárias em Guiraobira?** 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2024.
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. RJ: Forense-Universitária, 2004.
- AZOULAY, Ariella Aïsha. **História potencial: desaprender o imperialismo**. São Paulo: Ubu Editora, 2024.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2006.
- BRASIL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>.
- EVANS, Joanne; MCKEMMISH, Sue; DANIELS, Elizabeth; MCCARTHY, Gavan. Self-determination and archival autonomy: advocating activism. **Archival Science**, v. 15, n. 4, p.337-368, 2015. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-015-9244-6>.
- ROSA, Susel Oliveira da; ARAÚJO, Priscilla Gomes de; GONÇALO, Olaisylenne dos Santos. “Rebobinar” a história imperial: o acervo do SEDUP como inspiração para uma história potencial. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v. 4, n. 1, p. 26-38. 2026.



FLINN Andrew; STEVENS, Mary; SHEPHERD, Elizabeth. Whose memories, whose archives? Independent Community archives, autonomy and the mainstream. **Archival Science**, v. 9, n. 1, p. 71–86, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-009-9105-2>.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MELO, Moacir Camelo de. **Itinerário Histórico de Guarabira**. João Pessoa: Artgraf, 1999.

NESMITH, Tom. The concept of societal provenance and records of nineteenth-century Aboriginal–European relations in western Canada: implications for archival theory and practice. **Archival Science**, v. 6, n. 3-4, p. 351–360, 2006. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-007-9043-9>.

TOGNOLI, Natalia Bolfarini; ROCHA, Gustavo Maçulo de Queiróz. A justiça social na Arquivologia: uma revisão de literatura. **ÁGORA: Arquivologia em Debate**, v. 31, n.63, p. 1–23, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/987>.

TUPINAMBÁ, Glicéria. Contra-arquivos. In: CAMPOS, A.; FONSECA, C.CASTRO, L.; BRITTO, P.; FIRMEZA, Y. (Orgs.). **Composto escola**: comunidades de sabenças vivas. SP: n-1 edições, 2022. Pág. 105-146.

WERÁ, Kaká. **Tekoá**: uma arte milenar indígena para o bem-viver. RJ: BestSeller, 2024.